



A Fazenda ainda não se entende com o Planejamento

A disputa por poder entre os ministérios do Planejamento e da Fazenda reacende-se nos últimos dias, a despeito da recomendação do presidente Sarney de que a área econômica do governo fale a mesma linguagem. A tal ponto que, por gestões do Ministério da Fazenda, até hoje não foram publicados dois decretos assinados pelo presidente há duas semanas, ampliando os poderes da Seplan nas áreas de controle do déficit público e coordenação das atividades internacionais.

O mais importante desses decretos foi o divulgado pelo Palácio do Planalto no dia 23 do mês passado, instituindo, no âmbito da Seplan, o grupo executivo de redução do déficit público. A formação do grupo resultou de uma proposta apresentada ao presidente pelo ministro do Planejamento, comprometendo-se a reduzir em mais Cz\$ 210,00 bilhões o déficit público deste ano, além dos Cz\$ 110,00 bilhões correspondentes aos cortes e adiantamentos de obras públicas.

Sarney achou interessante a iniciativa e assinou o decreto criando o grupo composto de 12 membros, dos quais apenas quatro pertencem à equipe do Ministério da Fazenda. Sete são da Seplan e um representa a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

A Fazenda reage

A Fazenda reagiu imediatamente, entendendo tratar-se de uma intromissão nas suas atribuições. De fato, o grupo se propõe a economizar Cz\$ 50,0 bilhões com o realinhamento dos preços e tarifas públicas, Cz\$ 60,0 bilhões com o saneamento dos Estados e municípios e Cz\$ 50,0 bilhões com a racionalização dos investimentos e economia na implantação de projetos.

Essas atribuições são normalmente exercidas pelo Ministério da Fazenda, por meio da Sest — Secretaria de Controle das Empresas Estatais — e da STN — Secretaria do Tesouro Nacional. Na visão da Fazenda, à Seplan cabe, tão-somente, preocupar-se com a execução do orçamento fiscal, por meio da SOF — Secretaria de Orçamentos e Finanças.

Quando estava no auge do prestígio, o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, obteve do presidente a transferência, para a sua área, de vários órgãos da estrutura da Seplan, inclusive a Subin, a assessoria internacional do Ministério. Passou então, o Ministério da Fazenda a cuidar também das relações entre o governo brasileiro e os bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento.

A briga continua

Para recuperar o poder perdido nessa área crítica da política econômica — a dos financiamentos internacionais para a execução de projetos — o ministro do Planejamento armou uma estratégia que convenceu o presidente Sarney. A Seplan teria uma assessoria internacional que trataria da coordenação das ações de todo o governo nessa área e da concessão de prioridades a projetos nacionais para fins de obtenção de financiamento externo.

Sarney assinou um decreto instituindo, na estrutura da Seplan, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais e o ministro Álvaro Teixeira recrutou um dos mais experientes técnicos da área, Henri Guitton, que havia trabalhado com o ministro Delfim Neto na Subin, para encarregar-se das novas atividades. Guitton assumiu o lugar, mas o decreto de criação do órgão até hoje não foi publicado, graças à reação da Fazenda.

No entendimento da equipe do ministro Bresser Pereira, devem ser centralizadas no Ministério da Fazenda todas as ações relacionadas com a dívida externa inclusive o suprimento de recursos para projetos nacionais. A concessão à Seplan das atribuições relativas à coordenação dessas atividades e de decidir sobre prioridades representa uma ingerência não tolerada pela Fazenda.

Taxa de 13% da LBC tranquiliza mercado.

Mas tende a cair.

A taxa da LBC determinada ontem pelo Banco Central — 13% — não provocou grandes sustos no mercado financeiro, que já estava prevendo algo nesse nível. Espera-se agora uma queda da taxa, até o final do mês, mas resta ainda saber como ela se dará.

Danilo Mansur, diretor de Marketing do Unibanco, acredita que a LBC deverá chegar ao final de julho em torno de 5 ou 6%, para uma inflação estimada em cerca de 4,7%. No entanto, na sua opinião, a intenção do governo só ficará realmente definida a partir da próxima semana.

O diretor da Equipe Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Edy Kogut, entende que qualquer afirmação agora sobre a LBC pode ser prematura, pois a taxa de ontem "deu uma idéia, mas não definiu qual será a política monetária do governo". Para ele, o Banco Central está trabalhando por tentativa e a evolução da LBC depende principalmente do comportamento da sociedade.

Para o diretor de Investimento e Marketing do Crefisul, Carlos Ximenes de Melo, com a taxa da LBC em 13%, projetando uma variação no mês (que terá 23 dias úteis) de 10,46% e com a correção cambial de ontem — 0,3490% — indicando no período uma variação de 8,34%, o governo está demonstrando que pretende pagar juros reais. E mais: que ao mesmo tempo em que está estimulando as exportações, também está incentivando a conversão da moeda estrangeira em cruzados para aplicação no mercado financeiro do País.

Garantia

Sua recomendação de investimento, nesse momento de transição, onde algumas coisas, devido à complexidade da economia, fogem do controle (embora ressalte o mérito de o Plano Bresser não ser inflexível),

vel, abrindo espaço para ajustes), é para as aplicações atreladas à LBC, que terão a garantia de juros reais. É o caso do CDB pós-fixado ("o prefixado é uma incógnita, um exercício de especulação"), os fundos de renda fixa e os fundos ao portador.

Ele não descarta as ações como um investimento de horizonte mais longo, "não tanto pelo resultado das empresas, que também terão de passar por um ajuste, mas

pela relação preço/lucro".

O presidente da BM&F (Bolsa Mercantil & de Futuros), Luís Masagão Ribeiro, argumenta que, apesar da manutenção de juros reais, a curto prazo, prejudicar as Bolsas, a longo prazo, ao garantir o crescimento do País, evitando a recessão e o descontrole, poderá se mostrar até favorável.

Marcos Souza Barros, diretor da Corretora Souza Barros, acha que o governo, ao optar pela queda diária da LBC, estará evitando um esvaziamento das aplicações em

renda fixa, do over e da poupança, o que julga aconselhável, devido ao menor impacto que terá sobre o mercado financeiro.

No atual momento recessivo, comentou, uma alta pronunciada das Bolsas, provocada pela queda dos juros, seria artificial e especulativa, na medida em que demonstraria apenas uma falta de alternativas de investimento.

Riscos

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, não está muito preocupado com o efeito dos juros sobre o movimento das Bolsas, que a seu ver serão muito mais prejudicados por um agravamento da recessão. Sua reclamação é para o fato de o governo, ao determinar a taxa de 18% para a LBC em junho, para uma inflação estimada em 28%, ter tirado 10% dos investidores que, segundo ele, não são as instituições financeiras, mas os aplicadores do over pessoa física.

Como disse, o governo concentrou em mãos a poupança do País, através das caderetas de poupança e da LBC, e agora, simplesmente "tira 10% dos aplicadores". Essa atitude compromete a credibilidade das aplicações em renda fixa, que dessa forma passam a ter os mesmos riscos do mercado acionário.

Uma nova empresa para comercializar informações

A Sid-Informática (do Grupo Sharp) e o Citibank criaram juntos, ontem, uma nova empresa, fruto de um investimento inicial de Cz\$ 100 milhões.

O nome provisório é "Informação e Tecnologia" que começará, a partir de janeiro de 1988, a comercializar informações (especialmente financeiras) nacionais e internacionais, disputando um mercado de US\$ 10

milhões, ocupado hoje, basicamente, por duas empresas, a CMA (80%) e a Mecca (15% a 20% do mercado). José Maurício Machline, diretor de comunicações do Grupo Machline, adiantou que a Sid terá 70% do controle acionário da nova empresa (com direito a voto) e o Citibank 30% (sem direito a voto), atendendo às exigências da SEI (Secretaria Especial de Informática), já que a "Informação e Tecnologia" vai atuar nesse campo. Antônio Carlos Rego Gil, presidente da Sid, acrescentou que a idéia surgiu por razões estratégicas: a Sid (Sharp), preocupada com a evolução tecnológica no setor de computadores e comunicação, entendeu que era hora de partir para um novo caminho promissor: o de serviços.

Por isso, salientou Rego Gil, estudou-se minuciosamente o mercado e foi detectada a necessidade de comercialização, geração e transformação de informações a partir de bancos de dados. Ele reconheceu que o mercado é "ainda pequeno" no Brasil, embora os EUA estejam dando uma demonstração de sua essencialidade, movimentando de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões por ano, cerca de 80% do mercado mundial. E a associação com o Citibank, informou Álvaro Musa dos Santos, diretor-superintendente da nova empresa, surgiu a partir de interesses mútuos, pois o banco que trabalha com esse sistema em outros países tem a infraestrutura necessária e queria entrar há algum tempo no mercado brasileiro.

Com 50 empregados qualificados inicialmente, a empresa espera atingir um público consumidor heterogêneo: desde grandes empresas industriais e comerciais (especialmente as que operam com commodities), grandes investidores individuais, administradoras de grandes carteiras, corretoras de valores, já que as primeiras informações vão estar centradas no valor do ouro, commodities, bolsas de valores nacionais e internacionais, tudo on line, à vontade do comprador.

Segundo Rego Gil e Álvaro Musa, a expectativa — levando em conta a qualidade dos serviços oferecidos e a tradição das empresas que respaldam a nova empresa — é conquistar, logo no primeiro ano de atividade, pelo menos 30% do mercado atual, embora a estratégia da empresa esteja atenta à necessidade de ampliação do mercado. "Ampliaremos os investidores e os investidores ampliarão nosso negócio", diz Musa. E Rego Gil salienta que o sistema a ser operado pela "Informação & Tecnologia" poderá ser recebido (pelo consumidor) em qualquer aparelho. Em outras palavras, Gil e Musa querem criar uma imagem autônoma da Grupo Sharp para a nova empresa, embora o presidente da Sid não descarte uma nova possibilidade comercial para a Sid-Informática ampliar seu mercado.

Maurício Machline acrescentou ainda que a Sharp vai manter os investimentos previstos para este ano (Contagem, Manaus e Curitiba), mesmo com a recessão pressionando negativamente as vendas. "Temos que entender que o Brasil é um país viável e a recessão é passageira", salientou. SLR

Banco acusado de lesar clientes culpa o Novo Cruzado

Enquanto o advogado Roberto Zimmermann anuncia ontem em Curitiba que iria entrar na Justiça movendo ação criminal e cível contra o Banco Geral do Comércio, por lesar várias empresas em cerca de Cz\$ 6 milhões mensais, mediante operações fraudulentas, o advogado do BGC em São Paulo, Mauro Moraes, desmentiu as acusações, afirmando que os clientes prejudicados, por erro de interpretação das recentes mudanças econômicas, "foram imediatamente resarcidos, com correção monetária".

O Banco Geral do Comércio, com uma rede de 40 agências em todo o Brasil, estaria faturando irregularmente, desde abril deste ano, cerca de Cz\$ 6 milhões por mês. Esse faturamento extra foi obtido, basicamente, mediante quatro tipos de fraudes: cobrança indevida de juros ao final do mês; crescimento artificial, nos finais de semana, do volume de depósitos à vista; duplicação de contratos; prática de "floating" de cobrança.

Esta é, em resumo, a denúncia feita ontem, em Blumenau, Santa Catarina, por dois ex-gerentes de Operações da agência local do BGC, Osmar Buss e Paulo Antônio Borgo, e pelo advogado Roberto Zimmermann, que defende os interesses de mais de 20 empresas catarinenses que teriam sido lesadas pelo banco. O advogado vai entrar com representação cível e criminal contra o BGC, ao mesmo tempo em que pretende obter algum tipo de indenização para os ex-gerentes, segundo ele "induzidos" a participar das irregularidades por pressão da diretoria do banco.

Roberto Zimmermann informou ter conhecimento de que outros bancos vêm praticando fraudes semelhantes à detectada no Banco Geral do Comércio, o que vai motivar, segundo disse, um encontro em São Paulo de advogados que trabalham para empresas lesadas. Em seguida, o resultado dessa reunião será levado ao ministro da Justiça, Paulo Brossard. "Infelizmente não podemos acreditar que o Banco Central, por conta própria, viesse a tomar alguma atitude mais séria", comentou o advogado.

Defesa

Não é verdade que o Banco Geral do Comércio, agência de Blumenau, tenha registrado depósitos na conta de alguns clientes somente quatro dias depois da entrada do dinheiro em caixa. Foi o que disse ontem em São Paulo o advogado Mauro Moraes, do Departamento Jurídico do Banco, que vê na denúncia uma forma de prejudicar a instituição com sensacionalismo. Em nota oficial, o advogado confirma que houve problemas na agência de Blumenau, mas que foram decorrentes da interpretação equivocada dos decretos do Novo Cruzado, com cobrança a maior de juros, mas "os clientes prejudicados foram imediatamente resarcidos, com correção monetária".

Os problemas registrados em Blumenau, segundo a nota, foram constatados em auditoria do próprio banco, que também registrou prejuízos. Isto porque, continua a nota, "em curto período houve elevação do depósito à vista, que acarretou o pagamento do compulsório ao Banco Central, e, a posteriori, o resarcimento de quantias cobradas". O advogado explicou que a cobrança de juros a maior refere-se a empréstimos feitos por alguns clientes, cujo montante foi depositado em suas contas, mas não houve o saque e, portanto, não poderia haver cobrança de juros sobre um dinheiro que não saiu do banco.

O problema, no entanto, já foi superado, segundo disse o advogado, que também confirmou a demissão de dois gerentes operacionais da agência de Blumenau.

O advogado garante que, "com as devoluções citadas" hoje não há "qualquer caso de outro prejuízo a qualquer cliente". Afirma também que o advogado que fez as acusações "não declinou até agora os nomes de seus clientes e não mostrou qualquer procuração".